

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Ab. Política (Ab. M.)*

Class.: *Marubo 28*

Data: *20 de Novembro de 1992*

Pg.: _____

Parlamento indígena pode ter rádio como o início

A comunidade indígena poderá, brevemente, ter uma organização com legitimidade dentro do Governo brasileiro funcionando como um Parlamento indígena. A idéia, levada ontem para o IV Congresso da Coordenação das Organizações indígenas da Bacia Amazônica, é do coordenador do Movimento dos Povos Indígenas do Vale do Juruá, no Estado do Acre, Biraci Brasil Yanawana. Ele chegou da cidade do México onde esteve participando de um encontro com a Sociedade Internacional de Etnobiologia. Um dos assuntos em pauta foi a criação de uma rede de comunicação entre os povos indígenas da Amazônia. Para Yanawana este é o primeiro passo no sentido da autonomia.

Yanawana explicou que inicialmente será implantada uma emissora de rádio, que funcionará como uma agência de notícias. Todos os problemas ligados à questão indígena — saúde, educação e desenvolvimento

econômico — serão repassados em nível mundial através de uma rede aternex. Além da rádio, os indígenas pretendem também se equipar com fax e computador.

A implantação da rede de comunicação será financiada pela Sociedade Internacional de Etnobiologia, uma organização com sede em Nova York. De acordo com o coordenador, os recursos deverão ser enviados no próximo ano. Antes, porém, será preciso definir os locais para instalação da rádio. Yanawana não descartou a possibilidade da rádio ser implantada num dos pontos estratégicos da Amazônia, como Cruzeiro do Sul, no Acre, ou Manaus.

Projeto — Com a criação do Programa de Apoio à População Indígena da Bacia Amazônica neste mês se espera que até o final de 93 os quatro primeiros países — Brasil, Venezuela, Bolívia e Colômbia — a receber apoio do programa tenham um macro proje-

to para que a comunidade indígena possa ter sua auto-determinação. A expectativa é do diretor regional do programa, Jorge Terena, primeiro índio à frente de um programa internacional.

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), é o responsável pelo programa que tem duração de três anos. De acordo com Terena, o Fida repassa à Corporação Andina de Fomento (Caf) os recursos que serão destinados às comunidades indígenas que estiverem organizadas. Para os quatro países, o Fida deve enviar um montante em torno de US\$ 2 milhões.

Terena informou que o programa envolve assistência jurídica, fundos para micro-projetos (treinamento de professores bilíngues, material didático, produção para auto-sustentação e transporte) e valorização e difusão dos conhecimentos indígenas.

Invasão de madeireiros revolta marubo

Revoltado com a invasão dos madeireiros no dia 11 de outubro no município de Atalaia do Norte, o coordenador do Conselho Indigenista do Vale do Javari, Darci Comapa, índio Marubo, afirmou ontem que em 93 os povos indígenas daquela região darão início ao processo de auto-demarcação. Ele lembrou que a Polícia Federal juntamente com a Funai fizeram a retirada dos madeireiros. Mas logo após a saída dos policiais a invasão continuou e até hoje estão se apossando de territórios indígenas.

Darci advertiu que no próximo ano se encerra o prazo estabelecido pela Constituição Federal para a demarcação de todas as terras indígenas no Brasil. Enquanto ela não sai os índios resistem como podem às invasões de madeireiros, grileiros, garimpeiros e posseiros. No Brasil ainda faltam ser demarcadas 254 áreas indígenas e 57 estão sem providências.

Das 368 áreas indígenas localizadas na Amazônia, 120 estão demarcadas e registradas nos cartórios de imóveis, 187 ainda faltam ser demarcadas e 57 encontram-se sem qualquer pro-

vidência. Nestas últimas, embora os órgãos oficiais saibam da presença de grupos indígenas elas não são reconhecidas oficialmente como algumas áreas localizadas na região do baixo

rio Negro, onde vivem índios Baé, e no município de Manicoré e redondezas, na região do rio Madeira, habitadas por índios Mura.

Waimiri-Atroari — Participando pela primeira vez de um encontro com representantes dos países amazônicos, os índios Waimiri-Atroari que na década de 70 formavam uma população de três mil indígenas e hoje são apenas 560, estiveram dois dias na comissão responsável pelas propostas sobre a demarcação das terras e o meio ambiente.

Entre as propostas que serão votadas hoje estão a auto-conscientização educacional; programas específicos de projetos; saneamento ambiental; manter o poder organizativo e representativo dos povos indígenas; requerer assessoria e apoio técnico de organismos não-governamentais para melhor controle das companhias exploradoras de minérios; utilização dos tratados internacionais para a participação dos índios; exigir a indenização por parte das companhias estrangeiras e nacionais pelos danos causados aos povos indígenas.

14

Índios Ticuna chacinados em 28 de março de 1988, três Koro-bo em setembro de 1989 e cerca de dois mil Yanomá entre 1989 e 1990. Estes alguns dos crimes praticados contra os povos indígenas e que caracterizam a Amazônia como a região campeã em assassinatos de indígenas. Em 1990, de 13 índios mortos no Brasil, nove eram dessa região, sendo seis do Estado de Roraima. Em janeiro deste ano, 48 Dani e nove Kuina do rio Xerú, no sul do Amazonas, foram vitimados por um surto de sarampa.